AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.420.316 - DF (2018/0340599-1)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : UNIÃO
AGRAVADO : ZILMAR PEREIRA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. IMÓVEL FUNCIONAL. OCUPAÇÃO IRREGULAR. DESCABIMENTO DE INDENIZAÇÃO COM BASE EM EVENTUAL RECEBIMENTO DE ALUGUÉIS. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DA UNIÃO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial interposto pela UNIÃO, com fundamento no art. 105, III, alínea *a* da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo egrégio Tribunal Regional da 1a. Região, assim ementado:

> *ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE DE IMÓVEL FUNCIONAL. SERVIDOR PÚBLICO. APOSENTADORIA. OCUPAÇÃO IRREGULAR. INDENIZAÇÃO PELO VALOR DE LOCATÍCIO DO IMÓVEL. IMPOSSIBILIDADE. APELAÇÃO IMPROVIDA.*
>
> *1. A aposentadoria do servidor público põe termo ao seu direito de permanecer no imóvel funcional, sendo a retenção ilegal passível de regularização pela ação reintegração de posse a ser ajuizada pela União.*
>
> *2. Incabível o deferimento do pedido de indenização correspondente ao valor de locação do imóvel proporcional ao tempo de ocupação indevida,* ***uma vez que o art. 15, inc. I, letra "e" da Lei n. 8.025/1990, já prevê sanção para esta retenção ilegal. Precedentes do STJ e da 6o. Turma deste Tribunal.***
>
> *3. Remessa oficial, tida por interposta, e apelação da União a que nega provimento* (fls. 109/113).

2. Não foram interpostos Embargos de Declaração.

3. Nas razões do seu Apelo Nobre inadmitido, a parte recorrente aponta violação dos arts. 884 a 886 da Lei 10.406/2002, sustentando, em

síntese, que *o Tribunal de origem, ao afastar o pedido direcionado a remediar o enriquecimento sem causa, estar-se-ia a premiar e estimular ocupações ilícitas em detrimento do erário, visto que remanesceria somente a cobrança da aludida taxa ordinária* (fls. 6).

4. Sem contrarrazões, o Apelo Raro foi inadmitido pela Presidência do Tribunal de origem (fls. 147/148).

5. É o relatório.

6. Inicialmente, é importante ressaltar que o presente Recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3 do STJ, segundo o qual, aos recursos interpostos com fundamento no Código Fux (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016), serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo Código.

7. Não merece trânsito o Recurso Especial.

8. O acórdão recorrido está em consonância com o entendimento da jurisprudência desta Corte, segundo o qual *não cabe indenização por perdas e danos com base em eventual recebimento de aluguéis por ocupação irregular de imóvel, uma vez que não se aplicam na espécie institutos jurídicos próprios do Direito Civil decorrentes de relação contratual,* ***mesmo porque cuidou o legislador de prever expressamente a sanção de multa aplicável ao ocupante irregular de imóvel funcional.*** Nesse sentido, confiram-se os julgados:

> *PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE E PEDIDO DE MULTA POR OCUPAÇÃO IRREGULAR DE IMÓVEL FUNCIONAL. DESCABIMENTO DE INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS COM BASE EM EVENTUAL RECEBIMENTO DE ALUGUÉIS POR OCUPAÇÃO IRREGULAR DE IMÓVEIS FUNCIONAIS. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO INTERNO DA UNIÃO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.*
>
> *1. A jurisprudência desta Corte entende que não*

cabe indenização por perdas e danos baseada em eventual recebimento de aluguéis decorrentes de ocupação irregular de imóvel, pois não se aplicam, na espécie, institutos jurídicos do Direito Civil oriundo de relação contratual.

2. Precedentes: AgInt no AREsp. 969.931/DF, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, DJe 27.6.2017; AgInt no AREsp. 502.543/DF, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 6.12.2016; AgInt no AREsp. 937.373/DF, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 14.11.2016. Incidência da Súmula 83/STJ.

3. Agravo Interno da União a que se nega provimento (AgInt nos EDcl no AREsp. 140.672/DF, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 4.10.2017).

2 2 2

ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. IMÓVEL FUNCIONAL. INDENIZAÇÃO A TÍTULO DE COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 83/STJ.

1. A jurisprudência desta Corte é no sentido de que não cabe indenização por perdas e danos com base em eventual recebimento de aluguéis por ocupação irregular de imóvel, uma vez que não se aplicam na espécie institutos jurídicos próprios do Direito Civil decorrentes de relação contratual, mesmo porque cuidou o legislador de prever expressamente a sanção de multa aplicável ao ocupante irregular de imóvel funcional. Incidência da Súmula 83/STJ.

2. Agravo interno não provido (AgInt no AREsp. 502.543/DF, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 6.12.2016).

9. Incide ao caso, destarte, a Súmula 83 do STJ para impedir o prosseguimento do Apelo Nobre.

10. Ante o exposto, nega-se provimento ao Agravo em Recurso Especial da UNIÃO.

11. Publique-se.

12. Intimações necessárias.

Brasília-DF, 09 de abril de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR